

TEATRO DE NINGUÉM

GABRIEL BONITO

1

Por respeito à cultura, faça-se de conta que o Frei Luís de Sousa é mais do que uma história de fantasmas, loucos e tuberculosos.

Honre-se, comemore-se quanto baste o Garrett, como aquele que não chegámos a conhecer, perdidos pelos bancos de liceu, na leitura obrigatória de trás para a frente daquelas horas de Maria, perdida ela entre Telmo e Ninguém. (Era a chacota surda na aula, enquanto a nossa voz de falso de doze anos nos permitia ainda travestirmo-nos de Maria ou Madalena, ao tempo em que ensino mixto era sinónimo de pornografia; em alternativa à animação do texto, já de si muito pouco animado, chateavamo-nos depois a dividi-lo por ideias, a dividi-lo em orações e a trucidar estas entre sujeitos e predicados, de acto em acto). Acrescente-se, deste último quartel novecentista — ao que se diz decadente mesmo para a cultura —, a idoneidade provada da Velho da Costa e do O'Neil.

Temos um texto.

Uma sala: animação.

Suba o professor ao palco. Nós, público, outra vez alunos. O Trindade é anfiteatro, aberto a aula de cátedra.

Não. Em lugar dessa ironia, esquecendo professor e alunos, transponho-me.

Desenterro, eu próprio, a mania de trautear textos que a adolescência fixou.

Assisto. Obrigo-me a cultivar-me com a vantagem de cinquenta por cento de desconto que o cartão sindical permitiu.

O que vejo?

O Frei Luís de Sousa.

Já com doze anos eu era pouco impressionável pela história do Mattoso, pela queda em Alcácer Quibir, pela bigamia e pelo pecado. Gostava dos espanhóis, cavalgadas heroicas eram para mim sobretudo as fitas do John Ford, preferia Shakespeare a Jesus Cristo.

Esse entusiasmo transformava a lenga-lenga do Garrett, adequada à chateza das aulas e dos espectáculos da D. Amélia, o Nacional a que tínhamos direito — e se não desesperarmos, a realidade ainda nos reporá a visita da velha

senhora ali no S. Luís — transformava-a, dizia, em algo de furioso, sangrento, tragicómico.

Eu gostava da Madalena por ela ser pecadora (como a da Bíblia), bigama e transgressora, quando a queriam lusiada, submissa, doméstica. Da Maria por ser desvairada, bisbilhoteira, apaixonada, nunca por ser romântica, sonhadora, tísica. Do Telmo por ser agourento, frustrado, vingativo quando mo serviam saudosista, fiel ou, ao fim e ao cabo, telmo.

Os outros, pouco mais que Mirandas, não ultrapassavam, para mim, o discurso indirecto “em directo”, a voz-off em cena, o toma lá “deixa”.

Talvez eu fosse demasiado imaginativo, mas se o Garrett me permitia ver as suas personagens de outra maneira, muito fora do contexto em que a cultura as entregava, as aulas as encerravam, o Nacional as reproduzia, merecia ao menos algumas honras pelo onanismo no trabalho de casa, que a sós eu tinha com os deveres escolares.

Muito pouco gozo eu vi ser o da cirurgia a que o Ricardo Pais procedeu no espectáculo cujo nome truncou do texto para pôr no poster.

As duas Marias, na sua toada de púlpito, empobreceram o que Velho da Costa terá querido enriquecer, sem complicar.

Uma delas, no final de perna aberta, em lugar do habitual “morro de vergonha” poderia ter gritado, já que O'Neil andava perto, “Jorge, podes vir, mãã enfim morta” o que daria oportunidade a que o monge reaparecesse para acompanhar a aparição de Cristo, perdão, de D. Sebastião descido aos infernos.

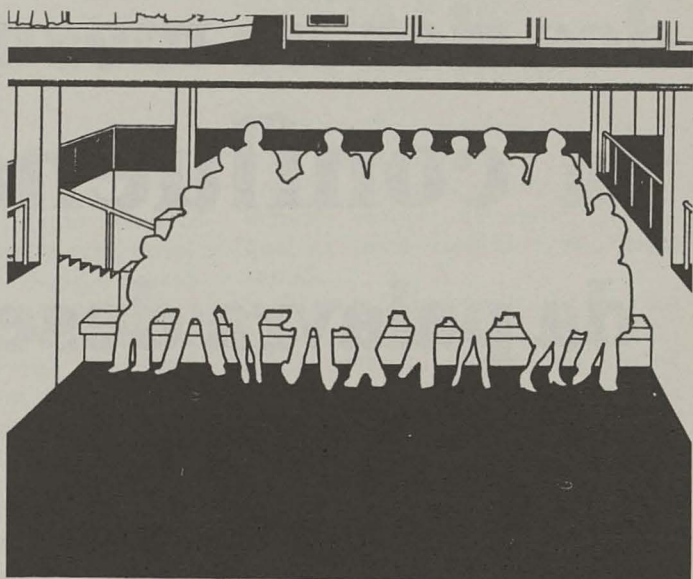
Quanto a Madalena por que não se lançou ela nos braços doromeiro, mesmo incerta de que fosse D. João com o calor de outrora? Se para isso não havia texto, inventava-se. O'Neil também podia tê-lo feito.

Telmo era simplesmente Telmo.

Com a agravante da Velho da Costa e do O'Neil, eu apenas tinha ali, afinal, o mesmo Frei Luís de Sousa. Como se tivesse escrito, sobre o programa distribuído à entrada, o sumário-revisão-da-matéria-dada.

Sendo assim, e já que o gozo me não nascia de ver um texto gozado, e tentei divertir-me com as inovações. Diverti-me, não pelo pano de incêndio ter descido, mas por ter parecido que se recusava a subir outra vez, na noite de estreia, o que obrigou as Marias a adiarem marcações. Diverti-me a continuação da chuva como componente de toda as cenas a partir do meio, talvez por impossibilidade de contenção de águas, o que é natural numa noite de estreia. Diverti-me ao imaginar que o fogo verdadeiro utilizado em cena podia ter sido habilmente ateadado em proveito de um incêndio do Trindade, passo perdido pelo Nacional aqui há anos, numa sobrevivência resistente ao D. Maria e ao Avenida. Teria sido uma noite histórica. E o Frei Luís de Sousa teria ficado ainda mais ligado à nossa cultura.

Não. Em lugar desta ironia, transponho-me. Desenterro eu próprio a mania de reconstruir teatros, porque afinal, na mesma rua, a fachada do Ginásio que me fascina, morre de pé. Lembro-me dos cinquenta por cento de desconto que o cartão sindical permitiu e se me perguntarem o que é que eu vi no Trindade naquela noite, sem grandes explicações, sem riscos de ferir susceptibilidades, sem ter mesmo que fugir à verdade, eu respondo: ninguém.



2

Ao falar-se de teatro de ninguém, pressupõe-se outro.

Com efeito, todos os anos, os teatros “nacionais” estão dotados de verba orçamentada para determinados fins. Num sentido bem específico do termo, esses teatros são de “alguém” que é o colectivo Estado ou o particular contribuinte. Quer dizer que quando eu pago os impostos estou tacitamente a levar à cena “Infelizmente há luar”, “Jesús Cristo em Almada”, “As tristes comadres de Windsor” e outras bisbilhoteiras.

Acontece que “cultura” também se vai buscar a museus onde ela está porventura mais viva que nos teatros nacionais.

Do espectáculo “Ninguém” se pode retirar a afinidade com os dos nacionais: teatro morto.

Ora, há quem funcione, paralelamente, com teatro outro, com teatro de alguém noutro sentido. Costuma chamar-se-lhes companhias independentes que, do “orçamento cultural” público tiram (as que tiram) magras sobras que nalguns casos as deixariam apenas numa sobrevivência estática.

Bem melhor sucedidas que os independentes de “Ninguém”, seguindo estéticas ou reportórios próximos ou afastados dos “nacionais”, são algumas dessas companhias independentes quem se tem encarregado, após a charneira de Abril, de vivificar uma arte maltratada.

Assistiu-se, este ano, por exemplo, a três espectáculos que chamaria “populares”, adjectivo impreciso que seria grato aplicar a manifestações teatrais sempre.

As cenas de Karl Valentin, baptizadas “E não se pode exterminá-lo?” pela Cornucópia foram oportuna repescagem de texto simples versando situações tragicómicas do cidadão frente às instituições que regularam o quotidiano alemão da época em que foram escritas e regulam porventura o nosso.

“D. João VI”, de Helder Costa pela Barraca é, no clima da ficção histórica, uma chamada à comédia lusitana da governação e à correspondente tragédia dos governados, tudo composto como se a cena fosse espelho de noticiário nosso coevo.

“A secreta família” do Teatro do Mundo é, no que respeita ao “circo de fenómenos” transfigurados em eminências pardas de regimes passados ou agonizantes, uma viva e divertida prova de como se pode manter o teatro vivo.

Estes três exemplos só serão teatro de ninguém na medida em que ninguém vá vê-los.

Mas um escasso público que sofre a erosão económica para tempos de ócio não será também resultado de escasas motivações nestes campos da comunicação, da arte, da cultura, ou de outro termo qualquer inventado que não haja sofrido a erosão destes?

Julgo, no entanto, que há muito alguém de contornos bem definidos que anda por aí connosco a acreditar que, nestes domínios, ainda há ajuda, parca que seja para restituir algum equilíbrio e sentido aos seus dias. ●